



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Ata - Reunião Ordinária realizada em 05 de maio de 2026

Pautas:

a - Resposta ao Ofício nº 04/2026/COMUDA - Solicitação de informações sobre as ações de dispersão de cenas de uso aberto de drogas e atendimentos aos usuários;

b – Tratativas sobre a Portaria SGM nº 075/2024 de 29/04/2026 (encerramento do biênio 2024/2026) e a Portaria SGM nº 079/2026 de 27/04/2026 (início do biênio 2026/2028).

Conselheiros Presentes:

1. Alexandre de Souza e Castro Araujo (FACES e Vozes da Recuperação no Brasil /Presidente interino);
2. Sérgio Yukio Tomimasu (SMDHC);
3. Carolina Jéssica da Silva Salado (CREFITO);
4. Marcos Muniz de Souza (CRP);
5. Amauri Figueiredo dos Santos (Instituto Social Casa da Madeira);
6. Edson Buzinaro de Souza (SMSU);
7. Jose Severino Motta (SMC);
8. Lydia Gama Monteiro (OAB/SP);
9. Rogerio Setuso Kowata (SMEL);
10. Silvia de Oliveira Santos Cazenave (CRF/SP);
11. Mary Silva (SMADS);
12. Lindsay Souza – (SMS);
13. Luiza Chizue Gatti Murakami (SGM);
14. Edinei Arakaki Guskuma (Câmara Municipal - CEPCJ).

Faltas Justificadas:

1. Graziella Santoro (Associação Alcoolismo Feminino);
2. Marcia Helena Matsushita (SME).

Conselheiros ausentes:

1. Bruno Nascimento Araújo de Paula (SMDDET);



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

2. Karen Brandoles (Instituto Passarela Alternativa);
3. Clarice Madruga (UNIAD);
4. Julia Dell (Núcleo Previna);
5. Quirino Cordeiro (Santa Casa SP);
6. Rodrigo Lancelote Alberto (CREMESP).

Convidados e participantes:

1. Fernanda Alves (SMDHC/CPDDH);
2. Flávia Bettini Perdigão (Associação Alcoolismo Feminino-AF);
3. Rosângela Polido (SMS – Núcleo Redenção);
4. Maria Elisa (SMDHC/DPS);
5. Luan Miguel (SMDHC/DPS);
6. Aldemyro Rolim (ABRAMD);
7. Laura Shdaior (Sociedade Civil);
8. Alexsandro Abraão (CAPS AD Santana);
9. Amanda Vieira (C.C. É de Lei);
10. Marcelo Mondelli (SGM);
11. Michel Marques (PBPD);
12. Alcione Moreno (F.P.A.);
13. Filipe Yamaki (PROAD);
14. Kaliel Nunes (SMDHC/CPD);
15. Ricardo Oliveira (SMDHC/CPEF);
16. Felipe Damasceno (CAPS AD Santana);
17. Erick Pavão (CAPS AD Santana);
18. Giovanna Vides (CAPS AD Santana);
19. Aldemir Lima (CAPS AD Santana);
20. Guilherme Honorato (CAPS AD Santana);
21. Jefferson Fortunato (SMDHC/CPD);

1. Abertura



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Abertura Às 14:15 do dia cinco do mês de maio do ano de 2026, foi iniciada no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos Cidadania, Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP, a Reunião Ordinária do COMUDA, com a presença de catorze conselheiros, alcançando o quórum mínimo de um terço da totalidade dos conselheiros, estabelecidas no Artº 3 do Regimento Interno a reunião do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool - COMUDA.

2. Informes

O Sr. Michel Willian de Castro Marques – representante da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), protocolou junto ao representante da SMDHC no conselho, uma Decisão-Mandado (Processo digital nº 1116596-17.2025.8.26.053 – Deferida tutela antecipada para manutenção da decisão de convocação da eleição para o cargo de Presidente do COMUDA, exatamente como definido na Ata da Assembleia (*reunião extraordinária de 15/04/2025*) e deliberação dos integrantes, servindo a presente como ofício para que a Prefeitura garanta a integridade e lisura da eleição.

Sobre as pendências de encaminhamento das atas das reuniões, informa que a maioria das atas foram enviadas, destacando as atas de novembro e dezembro de 2025 que serão encaminhadas aos conselheiros no dia de hoje (05/05/2026).

3. Pontos de Pauta

a) Resposta da Prefeitura ao questionamento do COMUDA

Realizada a leitura integral do Ofício nº 04/2026 – COMUDA e do Encaminhamento SGM/SEPE/REDENÇÃO Nº 155165075 (Processo SEI nº 6074.2026/0002116-4).

Marcos (Conselheiro): Afirmou que a resposta de Ortega parece "propaganda" e não condiz com a realidade factual da dispersão das cenas de uso, onde se observa o espalhamento por toda periferia. Denunciou que o Programa Redenção está espalhando o seu formato de atuação para todos os territórios da cidade, fazendo com que o CAPS AD para ir para rua junto com o SEAS, com o Consultório na Rua, o que não faz parte das suas atribuições, apresentando como exemplo o que está ocorrendo no território de Guaianases, onde o CAPS AD e Cidade Tiradentes), não possuem capacidade de atendimento e "atravessando" o trabalho técnico, ético dos CAPS, impondo internações em vez do cuidado psicossocial previsto na RAPS, contrário



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

ao que preconiza a Portaria nº 336/2002 do Ministério da Saúde que estabelece as diretrizes e funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no SUS. Comenta que a maioria dos CAPS AD não são CAPS III. Entende que é necessário pedir esclarecimentos à SGM/SEPE acerca das ações do Programa Redenção nos territórios, avaliação dos números.

Laura (Sociedade Civil): Comenta que o próprio Secretário Ortega já esteve no conselho e apresentou as mesmas informações. O conselho questiona sobre ações policiais, o governo nega, classificou a resposta como um "caso de cinismo", afirmando que houve sim, violência policial e que as pessoas não sumiram "magicamente" da rua no dia 10 de maio. Não há como celebrar os resultados apresentados.

Myro (Sociedade Civil): Concorde com a manifestação de Laura, relatando diversos pontos de aglomeração de usuários de substâncias pela cidade. Destaca o adoecimento dos trabalhadores da rede de atendimento psicossocial em razão do assédio. Afirma um modelo de ação repressivo. Finalizou que o documento de SEPE não responde aos questionamentos.

Lidia (Conselheira): Relatou que de novembro de 2023, todo ano de 2024, até 02 maio 2025 sofreu com as ações repressivas no fluxo, a ter presenciado de pessoalmente episódios de violência, bombas e balas de borracha no território antes de 10 de maio, contradizendo a afirmação oficial de que não houve uso de força. De fato, não houve um episódio e sim vários momentos de violações de direitos.

Felipe (Sociedade Civil): Alega que as respostas do governo são propagandas políticas e que desde a exoneração da então coordenadora da CPD e presidente do conselho, o conselho se tornou "figurativo", que há interferência do governo no COMUDA impedindo a fiscalização da política. Que o governo promove o desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (SUS/SUAS) em favor de uma "velha lógica manicomial" e instituições privadas.

Marcos (Conselheiro): Acrescenta que em relação ao item 5, alega que uma informação que é muito inconsistente para não dizer que ela é mentirosa. Os dados da Cena Aberta de Uso da Luz, a partir de janeiro/2024, indicam que as pequenas aglomerações de pessoas já existiam, conforme censo pop rua realizado em 2021. O governo pega uma referência de 2021 para legitimar uma ação que estão fazendo em 2026. E quando fala que chega ser "mentirosa" a resposta do Secretário Ortega, fundamentando que nos dois últimos anos, tomando o território de Guaianazes foram abertos seis ou sete centros de acolhida novamente. Usando o território de Guaianazes e Cidade Tiradentes que não têm CAPS III, chegou o "Redenção e diz que segundo o censo de 2021 já existiam aglomeração de pessoas lá, mas só agora abriram os centros de acolhida lá, demonstrando que há sim uma migração de pessoas do centro para a



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

periferia. Salientando que em todos os territórios cresceram o número de pessoas na rua, seja em Brasilândia, Grajaú e Cidade Tiradentes.

Luísa (Conselheira): Gente, então vamos lá, acho que tem algumas questões que é muito importante de esclarecer, enquanto SEPE. Acho que essas ações que vêm acontecendo em outros territórios que não na região central, elas foram iniciadas desde 2025 pelas subprefeituras, pelos subprefeitos, numa tentativa de articulação da saúde e da assistência social para lidar com as questões que aconteciam no território. O Programa Redenção, ele não se expandiu para esses outros territórios, isso não é a metodologia que a gente cita, inclusive na resposta, quando a gente está falando sobre o programa de detenção de forma centralizada. Inclusive, por conta disso, em julho de 2025, o Programa Redenção chama as subprefeituras para conversar, junto com as outras secretarias, para poder entender um pouco do que é que está sendo pensado para cada território. Até porque cada subprefeitura começou a fazer as suas ações de forma independente. E aí, é isso, tiveram vários cursos equivocados, vários encaminhamentos de pessoas de outros territórios para a região central, e isso nunca foi algo pensado, nem proposto pelo Programa Redenção. E aí, quando a gente fala que a gente começou a fortalecer e a articular com as outras, com os outros territórios, a gente está falando principalmente das redes, do SUS e do SUAS. Então, o que a gente começou a fazer é encontros com as equipes de Consultório na Rua e do SEAS, em alguns territórios até com outros serviços, para a gente poder pensar esse fluxo de atendimento no território. Até porque não adianta a gente ficar encaminhando as pessoas para serviços fora do território, sendo que a gente sabe que a lógica, inclusive, de cuidado longitudinal, é a única que só tem referência, que são esses outros territórios. Então, acho que é só isso que é importante me trazer, porque eu sei que isso vem gerando uma confusão na rede como um todo. Não é a primeira vez que a gente escuta que essas ações pontuais, que são articuladas, inclusive, pela subprefeitura, são do Programa Redenção. Eu não sei se isso está ligado com a articulação com o HUB, porque eu sei que algumas ações tiveram articulação com o HUB, mas isso não está sempre articulado e isso não é feito pelo Programa Redenção. Então, acho que isso é importante trazer. O que a gente vem trabalhando junto com as outras prefeituras, acho que é importante repetir, é essa metodologia que a gente vem insistindo há bastante tempo na região central, inclusive, com a criação do Programa Redenção, que é a articulação da saúde e da assistência social para o atendimento dessas pessoas. E é isso que a gente vem trabalhando junto com eles. Em diversos territórios, o SEAS tem muita dificuldade de articulação com o Consultório na Rua, e o Consultório na Rua tem muita dificuldade de articulação com os SEAS, CREAS e Centros Pop. E é isso que a gente vem trabalhando. Esse fluxo de entrada no território, a partir do que os territórios podem ofertar. Inclusive, fazendo o levantamento dessas fragilidades, a gente fez um estudo sobre quantidade de leitos, quantidade de CAPS, classificação de CAPS-AD 2 para 3, de CAPS adulto, CAPS de IJ, e a gente identifica essas fragilidades e vem trabalhando, inclusive, junto com a Secretaria Municipal de Saúde, para saber como é que a gente consegue



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

ir fortalecendo a rede desses outros territórios. Mas, acho que como todo mundo aqui sabe, é um trabalho que depende de diversos fatores. Inclusive, de localização de imóvel, enfim. Todas as outras coisas que a gente já discutiu um pouco aqui. Então, o que eu acho importante de trazer, acho que o primeiro ponto era esse, que essas ações estão sendo feitas no território de forma pontual. É isso também, a gente, enquanto Programa Redenção, a gente entende que ações pontuais, elas não conseguem lidar com a realidade que é vivenciada no território, então não adianta você ter uma ação por mês, uma ação a cada um ano, porque isso, de fato, não traz uma retaguarda para os serviços e para as pessoas que estão ali, precisando desse serviço no território. Então, o que a gente vem trabalhando é essa integração de forma mais contínua entre as equipes. E aí, pensando em Saúde em atuação em conjunta do Consultório na Rua com SEAS, em pontos que eles mesmos identificam que tem concentração de pessoas em situação de rua que fazem uso de álcool e drogas. Então, é isso que a gente vem trabalhando com as equipes. Esse é o ponto do Programa Redenção. Acho que a gente vem também tentando articular junto com as subprefeituras o alinhamento dessas outras ações para que a gente não incorra nesse tipo de incongruência dentro dos usos que já é estabelecido em cada território. A gente entende que é muito difícil ações pontuais conseguirem dar conta de todos os desafios que são presentes nos territórios. Acho que esse é o primeiro ponto. O segundo ponto que eu acho que é importante de trazer é sobre a questão do HUB, da descentralização, do acesso ao HUB para outros CAPS de demais regiões do município de São Paulo. Acho que como a gente já trouxe aqui algumas outras vezes, e aí, Felipe, acho que é isso. Se a gente conseguir ter um diálogo mais tranquilo, acho que é isso. A gente pode apresentar dados. O que eu trago como apresentação não necessariamente é propaganda do governo. A gente tem dados para apresentar e para discutir que eu acho que pode ser muito interessante. Mas aí é isso. Eu entendo que na época que eu vim, as coisas estavam em outro lugar, mas o Programa Redenção segue disponível para a gente poder fazer essas discussões técnicas aqui com o COMUDA. Inclusive, a gente já tem algumas programações do programa Redenção para apresentar ao longo do ano, para poder ser discutido aqui. Mas é isso. Acho que a gente precisa pensar num espaço onde a gente consegue discutir as coisas para além dessas discussões, para além de parecer uma propaganda política. Acho que a gente pode apresentar para vocês, discutir as fragilidades, discutir o que está sendo exposto, para a gente poder construir em conjunto. Acho que isso não é um problema. Só na época, eu lembro quando eu vim, a gente ficou em uma discussão sobre eu conseguir apresentar ou não. Eu apresentei por 15 minutos e eu tive que passar correndo porque eu queria dar 5 minutos para vocês poderem trazer as perguntas. Então, teve muito dado que realmente tomou super tempo a apresentação porque eu não consegui deixar numa tela, mostrar e discutir, dizer como a gente pensou e tudo mais. Voltando. Eu acho que o Programa Redenção, como já foi dito aqui, ele está numa secretaria que é meio e não é sim. A gente, de fato, não executa nenhuma política pública, nem o SUS, nem o SUAS. E é muito por conta disso, inclusive em respeito aos profissionais, tanto da ponta, mas também da gestão, que o programa Redenção não decide nada sozinho. Quando a gente faz essas reuniões e faz essas



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA

articulações, a gente conta com absolutamente todo mundo, desde os profissionais da ponta, até os profissionais das áreas técnicas, até os profissionais de gabinete. Existem diversas questões, diversas complexidades dentro da gestão, mas a gente leva isso em consideração. Inclusive, a gente pode não ter a experiência da ponta, mas é por isso que a gente faz questão de ouvir os profissionais da ponta. Então, toda vez que a gente vai criar uma nova metodologia, vai fazer alguma oficina, a gente inicia, obrigatoriamente, com o pessoal tanto do Consultório na Rua, quanto do SEAS, quanto do SIATES, quanto da SPP. Então, a gente faz o trabalho de articular e ouvir todo mundo, justamente para a gente saber se a gente está caminhando junto com a rede ou não. A gente fazer uma ordem de cima para baixo, por mais que a gente queira executar, se as pessoas que vão, de fato, atender os usuários, elas não estão com a gente, não entenderam o que está sendo proposto, não faz sentido. Isso a gente já sabe como gestores de políticas públicas. Então, a gente faz questão de fazer essa articulação e a gente faz questão de ouvir os profissionais. Então, por mais que a gente não tenha essa experiência, a gente tem o trabalho de fazer essa discursão, de fazer a apresentação, de discutir proposta, de rever proposta, até encontrar um determinado de coisas que façam sentido. Então, o que eu acho que talvez, enfim, possa surgir como encaminhamento do ofício é, se vocês têm mais dúvidas ou querem perguntar questões específicas, dados específicos, a gente pode elaborar um novo ofício, vocês podem solicitar uma apresentação no programa de Redenção, ou vocês podem, enfim, pensar na melhor estratégia para vocês obterem essas informações. Mas eu acho que a gente pode sim, qualificar esse debate, aprofundar esse debate, para que a gente consiga, inclusive, tirar questões que possam ser mal entendidas. Não estou dizendo, gente, que a interpretação de vocês está certa ou está errada. O que eu estou dizendo é que pode ter muitas falhas na nossa comunicação que faz com que algumas interpretações não sejam o que a gente está tentando fazer com o programa de atenção. Vou dar só um exemplo, tá? Esse livro que foi citado aqui, de “Como Chegamos Até Aqui”, não é um livro que foi escrito pela Gleuda, nem pelo vice-governador. Esse livro foi um livro que foi montado, no final de 2025, pelo Programa Redenção, com as outras Secretarias, em conjunto com o governo do Estado, mas com as outras Secretarias, para trazer um compilado de ações que foram feitas no ano de 2025. Ele, inclusive, nem teve tanta divulgação, assim, nem nada, porque foi um compilado técnico mesmo, que foi um pouco, até surgiu bastante daquela compilação que eu tentei fazer aqui, e depois a gente foi aperfeiçoando isso até trazer o livro. Então, é um material que contém diversas outras informações sobre os trabalhos que foram feitos ali, de diversas Secretarias, diversos atores, como citou um pouco aqui na resposta. Mas é isso, é isso que eu acho que é importante, da gente poder ir conversando e esclarecendo algumas falhas da comunicação, outras interpretações, cada um vai entender de um jeito mesmo, e eu acho que está tudo bem, isso faz parte, mas eu acho que é importante que a gente consiga ter um diálogo para que a gente consiga estar mais alinhado em determinadas situações que, de verdade, às vezes eu acho que é um pouco que falha nossa de não conseguir apresentar isso de cada melhor forma possível, e aí um



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

entendimento que vem de vocês a partir de como chega essa informação em vocês. Bom, acho que era isso.

Alexandre (Conselheiro) Gente, olha, algumas coisas que eu estou anotando da discussão, do debate, eu acho que tem uma série de coisas que a gente não pode negar mais, que é que, de fato, está pulverizado o negócio, pulverizou. Essa experiência de pulverização, nós já tivemos um exemplo disso no mundo, nos anos 90, poucos vão lembrar, mas nos anos 90, quando o Pablo Escobar foi morto, o cartel de Cali, o cartel de Medellín e tal, e a política de guerra às drogas foi lá e destruiu os cartéis, matou os traficantes, mas o que aconteceu? Pulverizou. E, a partir do momento que pulverizou, cada grupo desse se desenvolveu e criaram outros cartéis. Então, esse problema do cartel de Cali e Medellín, em dois, três anos, passou a ter mais de 50 cartéis com o mesmo potencial, com tudo. E por que eu estou dizendo que isso é uma preocupação séria? Eu, particularmente, moro aqui no centro, ali no Baixo Augusta, e tem dois pontos que eu observo muito. Um é aquele viaduto que termina na Rui Barbosa, ali com a Rua Antônio Carlos, e o outro, embaixo do Minhocão, ali no começo do cruzamento da Augusta. É embaixo da Praça Roosevelt, não é? E eu tenho observado ali o crescimento exponencial de pessoas se organizando. Então, o que era quatro, cinco, a quatro meses atrás, hoje já está vinte e cinco, trinta, embaixo da Praça Roosevelt, então é real, você passa lá transitando na rua. Então, é um problema que, de fato, de fato está acontecendo. Não dá. Eu conheço um pouquinho cada pessoa aqui e não sei o quanto compartilham com isso. Então, uma das preocupações que eu tenho, realmente, é como isso vai aumentar. Então, de um foco, que se tinha como sempre, nós vamos passar a ter vários na cidade toda. Porque já existe esse aprendizado social da aglomeração. Então, nós podemos, nós temos que pensar nisso. Está na hora. Uma outra coisa, essa questão da internação, né? Internação em uma escala de zero a dez é meio ponto. Internação serve para trabalhar crise. Internação é só para pegar o cara que está em Saturno, Plutão, Marte, pôr ele com os pés na Terra. Até porque quem se desintoxica não é a internação, quem se desintoxica é o corpo, através da excreção das fezes, da urina e tal. Então, o cara ele vai para um ambiente seguro ali, para ele poder estabilizar, se alimentar, aprender um pouco do problema dele. E, a partir daí, ele tem que sair de lá e não voltar para o mesmo lugar que ele estava. Isso vai dar um tiro no pé, um cacete por menos, porque se tira o cara para um lugar doente, coloca no lugar doente, num lugar saudável, recebe alimentação, acolhimento, tudo, e se tira ele de lá e coloca num lugar doente de novo. Por mais que as pessoas queiram ajudar ele, em pouco tempo, ele pode voltar, retornar. Por isso, a partir daí, as RAPS, as redes de apoio, poderiam funcionar, poder dar esse suporte, estar fortalecida. Sendo também, existem muitos outros métodos, outras formas que a gente poderia oferecer de ajuda, dentro dessa questão da recuperação, quando o indivíduo sai desse ambiente, ele precisa de moradia, trabalho, alimentação, enfim, que seria mais um foco para ele permanecer em tratamento. Encaminhar o ofício, Marcos. Nós podemos encaminhar um ofício cobrando o Ortega, dizendo que a resposta não cumpriu o objetivo desse conselho, que a discussão é outra. Mas eu penso,



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Marcos, que a gente pode cair na rotina de estar trocando ofício, sabe? E uma preocupação que eu tenho aqui, que eu anotei, é que nós estamos com novos conselheiros. Quem está vindo pela primeira vez aqui hoje? Eu vejo que ela está no começo. Dois, né? Da Associação Alcoolismo Feminino Feminina, hein? Edinei, da Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal, está na segunda vez da Casa de Madeira, outras secretarias que estão chegando. A minha preocupação aqui é como fica essa discussão com essa nova recomposição, tá? Para ela não se perder. Não pode se perder, porque é uma questão extremamente séria. Está alinhada com a atualidade. É uma necessidade. E eu não sei se a gente deveria, com outro conselho aqui, montar uma estratégia de discutir com esse grupo novo para, efetivamente, a gente apresentar um planejamento estratégico para a Prefeitura. A nossa preocupação é com a pulverização, é com o funcionamento das áreas. Nossa, dá até um susto quando você fala do CAPS da Cidade Tiradentes. Quantas pessoas tem na cidade? Quinhentas mil pessoas? Mais até agora. Quatrocentas mil pessoas. Mais de quinhentas. São mais de cinco milhões, né? São mais de cinco milhões de pessoas. Então, você pensar nisso, né? Você quer que o cara leve lá o conselho de, joga ele em um trabalho lá no CAFSAD, qual auxílio ele vai ter lá, qual a demanda, né? Então, é muito complicado. Então, eu penso que nós poderíamos começar a pensar como tornar esse conselho — eu sei qual forma que faríamos isso — grupo de estudo, apresentação, muito com o que a Luisa já falou, sabe? Trabalhar, parceria, a gente dominar esse assunto e apresentar uma proposta efetiva. Não funciona? Não? funciona com isso, não. Tudo tá bom, né? Porque eu acho que o ofício também vai funcionar. Acho que trocar o ofício vai... (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala).

Marcos (Conselheiro): (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) Tem razão, ainda mais nesse momento, né? Ainda mais nesse momento de transição do conselho, né? Mas aqui eu fiquei pensando no que a Luiza já falou: se não estão estendendo de redenção, ela disse que estão, né, levando a metodologia e fazem questão de levar a metodologia do Redenção pra fortalecer a articulação da rede no território. Eu acho que, quando vem aí com esse posicionamento do programa de Redenção, vai demonstrando também o desconhecimento, né, do trabalho da rede de atenção psicossocial, né? Eu acho que as pessoas, os gestores dos serviços, os profissionais dos serviços ali, são extremamente, altamente qualificados em todos os territórios. Eles têm muita vontade de fortalecer as articulações com a rede, né? Tem muitas ideias, tem muita potência já instituída de quem, de fato, conhece o território, Alexandre, né? Só que isso não acontece. E aí vem, né, Redenção levar a nossa metodologia pra vocês da Zona Leste, pra vocês aprenderem como faz articulação em rede, o Redenção tá indo lá, né? Acho que, quando eu vou dizer de mostrar a falta de conhecimento do interior do serviço da rede de atenção psicossocial, é porque não sabe as condições de quem tá trabalhando na rede de atenção psicossocial, né? A SEPE tem que ir nos territórios e falar, olha, tem que chegar pra Secretaria de Saúde e falar: “Por que que não faz de novo os fóruns de rede?” Você sabia, Luiza, que todo o território tinha fóruns de rede? A Secretaria Municipal de Saúde, hoje, não deixa os espaços



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

de discussão das políticas do território, né? Você sabia que, hoje, a Prefeitura não deixa mais ter fóruns de redução de danos nos territórios, né? Então, é sobre isso. Não é porque a rede não se articula, porque eles são incompetentes, porque os SEAS, os Consultórios na Rua... (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) É porque não existem opções. Um médico no CAPS, hoje, ele tem uma agenda que ele tem que abrir em 30 minutos. Tá lá, né? Porque avaliar a saúde é uma lógica de meta, né? É uma lógica de produção, entende? Então, a SEPE, ao invés de falar “Meu, precisa qualificar CAPS II, habilitar CAPS II pra CAPS AD III. Precisa todo CAPS AD ter uma unidade de acolhimento”, que vem 90% do Ministério da Saúde financiando essa política, e o município não adere, né? Entende? E aí vai com uma petulância — desculpa dizer assim — mas uma petulância nos territórios pra ensinar a articular a rede, né? Uma rede que, muitas vezes, eles espalharam os usuários que estavam no centro, que estão nesse território, e agora eles, que levaram essas pessoas pros territórios, estão indo lá ensinar como deve ser essa articulação. Então, gente, assim, eu acho que... Eu não sei, eu acho que eu tô numa distopia, né? Eu quero pedir desculpa pros conselheiros novos, né? Congratulá-los. Eu acho que vocês estão chegando aí, a gente tem uma história, a gente pode, a gente quer muito trabalhar junto, a gente quer trabalhar pela política pública daqui de São Paulo, mas, assim, a gente não tem como não se posicionar, né? Diante do que a gente vê na prática e do que a gente lê aqui, na letra fria de um ofício.

Alexandre (Conselheiro) “Já te passo, um minuto só? Não, depois é você. Mas é disso que eu estou falando: quando a gente tá criticando, necessariamente, a gente tem que apresentar uma solução. Eu não vejo o ofício como uma solução. Essa ideia do fórum, de retomar, de ir pra cima, acho que a gente, enquanto conselho, poderia retomar.”

Carolina (Conselheira) “Ah, obrigada. Primeiramente, desculpa o atraso. Eu sou Carolina, sou conselheira do CREFITO-3, presidente de Terapia Ocupacional. Acabei não conseguindo chegar antes pela discussão, mas, inspirada um pouco na fala do Alexandre e agora também na fala do Marcos, eu tô aqui no Conselho desde 2023. Comecei no final de 2022, depois a gente teve a gestão do CRT com o CREFITO, na figura da Cecília Galicio. E aí, assim, eu agradeço a disponibilidade do Dr. Ortega, porque eu sei do compromisso dele com esse trabalho. Eu acho que o Dr. Ortega é uma pessoa extremamente competente no que ele faz, eu gosto muito do trabalho dele, mas penso que a gente chegou num momento agora em que a impressão que me dá é que o Redenção tá falando a mesma coisa há bastante tempo. Eu entendo, eu estive lá, conheci o trabalho que vocês fazem, e acho, enfim, que é um trabalho que teve resultado, que a gente vê nos números, nos dados. Mas a gente chegou num momento em que isso já não vai mais. As pessoas precisam de outras coisas. E aí, falando um pouco do papel do Conselho, Alexandre, eu achei muito boa sua fala, você me inspirou um pouco nisso: o que a gente vai fazer aqui? Porque eu acho que a gente tem um momento decisivo, que é a nossa próxima pauta, que é a composição do novo colegiado. E eu acho importante também essa discussão,



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

para quem está chegando agora entender um pouco como é a dinâmica de um Conselho de Controle Social. Lembrando que a gente está aqui representando não o governo ou o meu conselho — eles só nos dão espaço para estarmos aqui — mas a gente está aqui para defender o controle social. Este dispositivo serve para isso. Então, a gente não está aqui defendendo o Redenção, não é defendendo o É de Lei, não é defendendo ONG X ou conselho X. A gente está aqui defendendo o interesse da população. Então, isso é um ponto importante para a gente começar agora, a partir desse novo colegiado, aproveitando a entrada dos novos conselheiros. E aí, Alexandre, um pouco falando do que você trouxe: o que a gente vai fazer? No ano de 2023 e 2024, quando a gente ficou na gestão, a gente fez diversas propostas, inclusive da implementação de um centro de convivência na região central, porque a região central é a única região do município de São Paulo que não tem nenhum centro de convivência. Então, acho que isso é um dado importante, que a gente discutiu inclusive na mesa com o Dr. Ortega. E essa é uma proposta que foi mais do que comprovada. Porque a gente começou primeiro com o GTI no espaço de uso, porque o que a gente está discutindo é o seguinte: as pessoas vão continuar usando drogas. Isso é um fato. Seja aqui, seja lá, seja acolá. Isso é um fato, ponto. Então, quando a gente começou, lá no ano de 2023, na nossa gestão, a gente montou um grupo para discutir o espaço de uso protegido de substâncias psicoativas. A gente sabia que isso era impossível no sentido legal, então fomos aprimorando e pensando: bom, o que poderia cumprir algo parecido? Pensando que as pessoas... é muito legal o Redenção, com a SGM, a SMS, pensar na questão das articulações. Concordo com a fala do Marcos: os profissionais sabem o que têm que fazer. Mas eu acho que a gente precisa — e digo isso para a Secretaria — pensar em como implementar outros serviços, serviços que vão dar espaço para outras coisas, para as pessoas pensarem mais em trabalho, em cultura, em arte, para a gente poder ter outras possibilidades de ação. Eu lembro que tinha lá na cena de uso o pessoal que fazia samba. Aí chegou um determinado momento em que o pessoal não pôde mais fazer samba porque incomodava o vizinho. A única coisa de lazer, de respiro, que aquelas pessoas tinham: “Não, não vai incomodar mais o vizinho porque o samba incomoda, faz barulho”. Então, assim, eu acho que a gente pode ficar aqui discutindo mil vezes o que a gente já vem discutindo. O programa Redenção, a gente já aprendeu os dados dele há dois, três anos. E aí, agora, depois disso, a gente precisa pensar em como vamos construir estratégias para fortalecer a saúde e o bem-estar da população, pensando em novos serviços, em novas estratégias de serviço, em moradia. Até as UAs, a implementação das UAs: quantas UAs foram implementadas nesses dois últimos anos? Acho que essas são perguntas importantes. Porque como é que a pessoa vai sair do uso de drogas se ela não tem nem onde morar? A opção de moradia ainda é, então, a comunidade terapêutica? Essa é a opção que a gente tem? Então, assim, eu quero saber de novo: quantas unidades de apoio abriram nos últimos dois anos no município de São Paulo? Quantos CAPS abriram? Dois viraram três. Eu sei que tem dificuldade de novos, mas, gente, até aí... Quantos novos ADs foram implementados? E cadê o centro de convivência do centro? Gente, a gente discutiu isso. A gente sentou na mesa com o Ortega para falar disso. E cadê o centro de



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

convivência? As articulações que a gente fez para poder implementar esse centro de convivência... (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) Gente, bem sinceramente, desculpa, eu falo as coisas de fato. Eu era funcionária da Prefeitura até um ano e meio atrás, eu pedi exoneração, acompanhei isso de perto. Chegou uma hora em que, pra mim, claramente, o centro de convivência do centro não saiu porque os funcionários públicos não queriam. Porque as pessoas não estavam disponíveis para fazer, não queriam fazer. Porque era: ‘Nossa, lá no CAPS da Luz? Imagina’. É tudo ‘não’. É tudo ‘não dá’. É tudo difícil. Cara, o funcionário público tá com a caneta na mão, pelo amor de Deus. Nossa, gente, esse centro de convivência já era para ter sido implementado. O município de São Paulo não tem condições de implementar um centro de convivência no centro de São Paulo? Eu acho isso um absurdo. Então, gente, é isso. É pensar no que o município está fazendo para construir novas estratégias, implementação de serviços. Agora, os dados do Redenção, obrigada, gostei, legal, a gente já sabe o que o Redenção fala. Mas agora eu quero saber na prática: quais são as ruas que vão abrir? Quando vai abrir o centro de convivência aqui no centro? É isso que eu quero ver. É isso que eu quero saber. Muito obrigada.”

Filipe (Sociedade Civil) “E acho que esse é o ponto, né? É uma efetivação do desmonte da política em detrimento de uma construção, de uma substituição sempre ineficiente e insuficiente. Quer uma sugestão sobre como a gente faz para checar isso? Bora, então, ver se o que eu estou falando é um fenômeno da minha cabeça ou vamos criar um grupo de trabalho para produzir um relatório e pedir os dados, as informações. Vamos descobrir. A gente perguntou por que a Secretaria de Direitos Humanos tem um orçamento minúsculo. Aí a Luiza explicou pra gente que é por outros lugares que as políticas são feitas. Só que o meu problema, Luiza, não é a resposta formal, é a mais prática. Porque, na hora que você me diz sobre o Redenção, eu estou te perguntando sobre o desmonte da RAPS, e a resposta sobre o desmonte da RAPS eu nunca ouço. Quer que a gente escute mesmo os dados? Eu não quero medir o Redenção. Eu quero saber quando os serviços fecharam, quando foram abertos na RAPS e qual o seguimento histórico do orçamento destinado aos serviços. E aí fazer um paralelo com o Redenção, seus complementos, as comunidades terapêuticas, e fazer um paralelo de quanto foi investido numa série histórica do governo Ricardo Nunes. E aí, ao invés disso, a gente tirava uma conclusão e publicava um documento que realmente tenha a ver com a realidade, uma mensuração técnica disso. Só que sabe quando isso vai acontecer? Nunca. Nunca. Porque não é falta de oportunidade mexer nisso. Eu estou falando isso agora. Eu sou só ex-conselheiro, eu me proponho a participar desse grupo, mas eu desafio hoje quando esse grupo vai ser feito com esse intuito, para ficar claro que não é falta de entendimento. É que a resposta mais prática da conta da cortina de fumaça é o desmonte da RAPS. É isso que acontece toda vez aqui. Desculpa, Luiza, aqui ainda não era de você, mas você era um outdoor de propaganda política, sim. E você bem lembra que qualquer espaço de perguntas no final, todas as vezes que você veio, tanto aqui quanto no Estadual, você foi suprimido. E não é por acaso. E não é contigo. Só que



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

se mantém poder para delimitar qualquer coisa. Você não tem poder para avaliar as coisas. Que fique claro que fomos feitos de fantoches. Eu convido o Sérgio: vamos checar, vamos fazer um grupo de trabalho, vamos levantar os investimentos, vamos fazer uma série histórica. Eu sinto muito, pessoal. Eu não posso dormir enquanto você tá tranquila e eu me sinto inútil dando esses esculachos todo mês. Só que ou eu faço esse esculacho ou eu não durmo. Esse é o meu ponto. E eu queria que você estivesse dormindo, mas você não dorme. Está ali para montar um negócio ali que estava lá (inteligível), que até o próprio trabalhador da Secretaria, lá da Eliana, é a mesma coisa que a Eliana vai falar: 'Ai, eu fiz o mimimi'. Só que o mimimi dela, em detrimento da RAPS, é minúsculo. É para ele ter a própria consciência. E é isso que está acontecendo aqui. Isso tem que ser denunciado. Alguma coisa disso tem que ser combatida. O papel mesmo do último ano da nossa treta, Alexandre, não há qualquer notoriedade nisso. Eu ia dizer que ficou comprovado. Há uma questão judicial, há um mérito e um prejuízo desse intervalo. Quem assumirá? (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) Eu só posso terminar, mas eu estou tentando ser sincero e franco. Eu posso defender todas as minhas palavras, mas eu sou honesto nesse debate. Eu não brinco de enganação. Como fui trapaceado, nós fizemos um acordo. Não é do nada que nada acontece. É de propósito. Quem entende, entende. Quem não entende, finge que não entende. Mas é de propósito. É de propósito."

Alexandre (Conselheiro): "Gente, eu preciso passar para o encaminhamento, porque a gente precisa discutir a eleição. Saiu a publicação, tem mais uma hora. Mas, Carol, vai sair. Eu penso que nós estamos num excelente momento para discutir essas questões da RAPS, do acompanhamento. Por quê? Porque, quando você olha toda essa política que a Prefeitura mostrou, as boas práticas que foram feitas no mundo para cenas de uso aberto, todas essas práticas que eu li, que eu pesquisei, que eu fui atrás, elas preconizam a dignidade humana e a cidadania. Não é internação. Não é desmonte. Muito pelo contrário. Todas as políticas públicas que foram pesquisadas e aplicadas foram de urbanização, de moradia, de assistência social, de centro de convivência, até tratamento de traumas. Em alguns países, montaram estruturas para atender a demanda e detectaram que uma boa porcentagem das pessoas que tinham problemas com álcool ou outras drogas eram oriundas de transtornos de estresse pós-traumático. Então, eu penso que, se nós nos organizarmos e retomarmos essa proposta, Carol, do centro de convivência, de olhar o que o Marcos falou da rede de atenção psicossocial no momento... porque a própria política da Prefeitura mostra que nós vamos ficar o tempo todo nessa porta giratória: interna, sai; interna, sai; interna, sai. Não. Já existem boas práticas de uso para saber que isso não funciona. O que funciona são direitos humanos, cidadania e dignidade da pessoa. Então, eu penso que esse é um bom momento. Bom, para encaminhar, Marcos, tem essa questão do ofício respondente, você pode repetir? É... (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) eu penso num GT. (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) não, olha, deixa eu fazer uma pergunta aqui, gente: todos esses conselheiros novos têm consciência de como funciona a estrutura da RAPS? Todos têm? (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) Não? Não. Os



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

novos da GCM têm, sabe? Então, eu acho que a primeira coisa, gente, é formar as pessoas aqui. Porque esse negócio vai ficar constantemente entre uma, duas pessoas. A gente fala da RAPS, disso, daquilo, e os próprios conselheiros já estão há duas, três horas olhando, perdidos, até pegar o caminho andando. Quando entende o que é o Redenção, já está na hora de fazer outra coisa do Redenção. E a gente vai ficar dando essa volta. Então, eu vou... (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) as pessoas que estão há mais tempo como conselheiros, a gente elaborar uma pauta, uma reunião, para que a gente possa descrever como é a situação da política de drogas na cidade de São Paulo, os equipamentos que têm, como está indo. (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) Mas eu penso que é melhor a gente agora pensar nessa formação e entender o outro ano que já foi.” (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala)

Carolina (Conselheira): (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) “Por exemplo, uma outra deliberação que a gente tinha aqui, (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala) — eu nem sei se as pessoas que faziam parte do GT ainda estão aqui — que é sobre a questão do regimento e, inclusive, da lei. Na verdade, da lei e depois do regimento. Principalmente da lei, porque isso que a Laura está falando, inclusive, indica que está muito na lei que o conselho precisa ter apropriação sobre a temática do conselho. Porque não dá pra eu vir aqui sem saber nada. O Marcos faz doutorado em drogas. Eu estou fazendo doutorado em álcool e drogas. Então, assim, as pessoas precisam saber do campo. Então, eu já coloco aqui três coisas que a gente tem pendente: a gente poder retomar, principalmente, a questão do centro de convivência; a gente poder retomar o GT; alteração da lei para colocar o usuário como participante suplente. De repente, isso que a Laura falou... Hã? O Fundo Municipal. Então, tem várias demandas com a nossa lei que a gente quer ver. Inclusive, o doutor Ortega já sabe disso, porque eu e o Marcos tivemos uma reunião com ele, na mesa dele, falando disso, na época da nossa gestão. E também a questão do regimento. Então, é importante atualizar as pessoas, situar as pessoas, mas também retomar o que o conselho precisa fazer. Porque a gente ficou dois anos aqui, gente, fazendo nada.”

Alexandre (Conselheiro): “O que eu pensei nisso aí é justamente isso para esse GT.”

Alcione (Sociedade Civil): “Tenho uma sugestão. Não vou reforçar o que as meninas falaram, porque isso é o mínimo. É o mínimo que a gente faz. Se a gente não conhece, você vai representar alguém? E vocês também. Então, a minha sugestão é a seguinte: nós só temos uma reunião por mês, três horas, para discutir toda a política do município de São Paulo. Então, a minha sugestão, Alexandre, é o seguinte: marque lives. Você mesmo sabe como funciona a RAPS, PowerPoint, e quem não conhece, como esse dia com os conselheiros... Quem não conhece, nessa live é explicado, ou você ou quem, enfim. Mas não vale a pena a gente gastar o nosso precioso tempo aqui com valores que todo mundo deveria já saber. Então, não só como funciona a parte do CAPS, RAPS. o que é o CAPS, qual é a missão do CAPS, enfim, isso.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Volto a lembrar dos resultados da nossa conferência. Ninguém é obrigado a saber que teve conferência. Eu acho que, certamente, você já leu tudo, já viu. Lá está o caminho a ser seguido. Lá está toda a discussão, não só dos beneficiários, não só dos trabalhadores, de toda a equipe. É o mesmo, lives para vocês se apropriarem de coisas que quem já estas aqui sabem, para que nas próximas reuniões consiga ser mais produtivas e não perder o que a gente está falando, uma live do funcionamento, uma live do resumo de como foi a conferência e uma live sobre o regimento interno para que vocês possam entender o que nós estamos pedindo a tempo essas mudanças”

Marcos (Conselheiro): Mas a minha sugestão seria, pós eleição, pós né, o que lá em chega vai levar uma, duas reuniões pelo menos, na primeira reunião, após a formação da coordenação executiva, a representação da Secretaria Municipal de Saúde apresentar por meia hora o que é a RAPS, como que está a RAPS aqui, e a gente estabelecer o GT. O GT de acompanhamento da Política Municipal de Drogas, né. Eu acho que a gente já tem muitas linhas levantadas, eu acho que é isso, olha, quantas UAS foram implementadas, né, quantos serão implementados, quantos CAPS-ADs serão implementados, quantos CAPS-ADs II vão ser habilitados para III. Eu lembro de na conferência, na abertura de conferência, está lá no registro, né, no caderno da conferência, o doutor Ortega ainda falou isso, que se fosse o caso, a prefeitura iria fazer desapropriação de imóvel para poder instalar serviços, que não queria eu chegar nesse ponto, mas que no limite faria o uso, que é uma prerrogativa da lei, para a prefeitura poder implementar políticas públicas. Então, eu acho que é isso, a gente depois da eleição, estabelece o GT, né, que já está aqui, pactuado e tal, e uma apresentação rápida sobre o que é a região de atenção psicossocial pela SMS.

Alcione (Sociedade Civil): Desculpe, eu achei que já tinha acontecido a eleição.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sem uso do microfone).

Alexandre (Conselheiro): Bom, gente, olha, deixa eu falar uma coisa, eu ouvi uma palestra, uma apresentação, é do Douglas, é do Céu do Grajaú, ele é coordenador de saúde da prefeitura. Uma palestra, nossa, muito educativa, sobre toda a estrutura da RAPS, (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala), funcionários, telefones, pelo menos a parte teórica, ele explica todos os organogramas. Será que não poderia fazer uma live com ele? Eu acredito que nunca se daria uma boa, para mostrar a estrutura, pelo menos para não discutir essas minúcias, mas para mostrar a estrutura. Eu penso que se convidar ele, ele faria uma apresentação via Zoom tranquilamente.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sem uso do microfone).



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Lydia (Conselheira): Bom, eu nunca acho que uma reunião de formação é tempo perdido, até porque foram perdidos dois anos aqui. Então, assim, perdido por perdido. Eu sempre acho que uma reunião de formação e educação é tempo ganho. Não, tudo bem. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sem uso do microfone). Então, live, desculpa, live não é garantia de escuta. Live não é garantia de formação. Tem várias vezes que deixo o live rodando e vou lavar minha louça. Vou fazer todo o meu segundo e terceiro trampo, porque é o que a mulher costuma fazer depois de sair do trabalho. Eu acho que todo mundo sabe, né?

Então, vamos aqui. A primeira coisa é colocar um ponto importante com a formação, principalmente dos conselheiros. Serão dois anos. Então, eu acho que, sim, cabe a nós termos essa dimensão de que nem todo mundo sabe. Quando eu falo do GT, tá, ser deliberativo ou consultivo, é para a gente conseguir ter paridade no GT. Não é só do conselho, inclusive. Infelizmente, não sabe qual que é o “rolê”. Então, (incompreensível - pessoas sobrepondo a fala), como em um casamento, eu sugiro que a gente faça...Eu não sei quanto vai ficar esse (incompreensível), referente à eleição, porque se tem questão judicial no meio, eu acho que a gente vai deixar pelo menos esse assunto aqui, a gente vai resolver. Mas, referente a um novo biênio, independente de quem seja, eu sugiro que, sim, façamos uma extraordinária. Não perderemos uma de deliberação, faremos uma extraordinária com a estrutura e, no oficial, a gente volta com os encaminhamentos do que foi feito no biênio e quais as ideias do biênio. E aí, vocês também podem trazer, numa ou outra, esses números que vocês falam e que é importante, também, a gente ter essa junção. Tudo bem, gente? Acho que é uma boa ideia. Eu acredito que todo mundo está de acordo.

Alexandre (Conselheiro): Uma reunião extraordinária presencial?

Lydia (Conselheira): Ou extraordinária presencial ou extraordinária online. Não sei. Ou não extraordinária.

(incompreensível - pessoas falando sem uso do microfone).

b) Termina do mandato e nova composição do conselho

Sergio (Conselheiro): Eu acho que, antes de a gente pensar em fazer uma reunião extraordinária, pra discutir, para estabelecer essa importante formação, essa comunicação, a gente precisa fazer o seguinte. Primeiro, o quesito em relação, já que entramos na segunda pauta, o Michel apresentou aqui uma questão judicial sobre a questão da obrigatoriedade da organização e realização de uma eleição. É óbvio que houveram uma série de modificações de cenário que deverão ser informadas e respondidas ao judiciário. Mas o que diz a lei, e especificamente para fazer aqui no COMUDA, após a publicação da nomeação do novo do colegiado, haverá duas novas reuniões. Uma para preparar a eleição e a segunda para a



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

realização da eleição. Então, eu acho que, inicialmente, a gente precisa focar nisso para depois a gente conseguir estabelecer realmente as outras atividades.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sem uso do microfone).

Carolina (Conselheira): Eu acho que tem uma questão importante que é... Tem uma questão importante que precisa fazer? Houve uma decisão, uma manifestação do judiciário sobre a situação problemática que a gente viveu aqui no conselho. Para mim, é muito difícil ter que olhar para isso, porque eu sinto que me dá um pouco de raiva mesmo. Eu me sinto, sinceramente, uma enganada. Claramente se vê uma estratégia do governo em poder sempre dar o jeitinho. Então, por exemplo, as listas de quem ia sair, essa em março, saiu agora. Então, assim, dois meses depois. E dois meses para um conselho desse? Nossa, é uma vida. Então, eu acho que não dá... Eu não sei o que os conselheiros acham, porque, assim, eu fiquei com essa pergunta. Não dá para se fingir em poder fazer de conta que não teve isso. Eu acho muito delicado isso. Então, a gente que assinou, talvez a gente tenha que pensar como é que o governo vai se retratar com relação a isso. Eu acho que... Não sei como, sinceramente, mas como é que é uma questão que simplesmente passa? Existe uma manifestação agora judicial e que... Ah, não, agora mudou, então tá. Não vou esquecer. Não, eu não vou esquecer. Eu, sinceramente, não vou esquecer, porque do mesmo jeito que aconteceu isso, vão acontecer outras coisas. Por exemplo, voltando na questão da alteração da lei, a questão da lei tinha tanta importância para esse conselho, porque pensando na nova configuração do conselho, tá todo mundo do lado do governo. Porque eu tenho certeza que ninguém... Não sei... A gente sabe que o status quo é quem é do governo, votar com quem é do governo. Espero que não, espero estar enganada. Mas... E o que foi agora indicado? Como é que foi a... Como é que foram os critérios de decisão do governo a indicar? Então, resumindo, do jeito que o COMUDA tá, ele nunca vai ser o órgão ou a instituição do controle social. Nunca. Porque sempre tem a tendência de estar do lado do governo, que é o que a gente vai ver no próximo dia. Eu espero que a gente vai ver isso no resultado nos próximos dois anos, mas sim. Então, deixar essa situação aí, essa decisão judicial pra lá, eu acho bem delicado. Eu acho que a gente precisa pensar como é que a gente vai olhar pra isso e como a gente vai cuidar disso.

Alexandre (Conselheiro): Eu faço questão. Eu faço questão, viu, Carol? Porque não saiu uma decisão final. O que o Ministério Público pediu foi pra prefeitura se manifestar. Por exemplo, aparecer na PGM ser encaminhado. Então, não é uma coisa... Já bateram martelo, ordem e tal. Então, ainda vai... Elas pediram pra encaminhar o que a Procuradoria-Geral do Município determinou, pra aí sim chegar a uma conclusão. Eu faço questão também que isso seja muito bem esclarecido.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Myro (Sociedade Civil): É só uma lembrança. Carol, as pessoas que não receberam o e-mail, (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone). Não enviaram pro COMUDA. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Edinei (Conselheiro): Só retornando a questão do papel de participação dos novos conselheiros e a questão da atuação da RAPS, talvez você ache interessante aproveitar esse movimento de capacitação e os conselheiros antigos começarem a elencar os problemas que estão ocorrendo na RAPS, desse desmonte de quais são os pontos centrais, e juntar nessa capacitação. Ou seja, ao mesmo tempo que você quer capacitação básica, você quer saber o que é uma RAPS. A gente tem que enriquecer os problemas pontuais que estão por dentro dos territórios e, a partir daí, a gente conseguir demandas em relação ao governo do tipo (incompreensível), as RAPS estão dando voltas à demanda na situação atual, junto com esse treinamento de nossos conselheiros. Então, juntar uma coisa básica, que é a RAPS, com as demandas que estão acontecendo na rede. Perfeito. Então, é isso. Uma divulgação de várias demandas em relação ao que está acontecendo na rede hoje. De forma bem concreta.

Alexandre (Conselheiro): Vamos encaminhar essa proposta, então, de que, logo após a eleição, a primeira ação vai ser um grupo de trabalho em relação a abordar o tema (incompreensível, sobreposição de falas) da prefeitura.

Marcos (Conselheiro): A gente pode falar de eleição se o colegiado está formado? Porque a gente tem a questão da comissão de direitos humanos que não tem representação, da comissão...(incompreensível, sobreposição de falas).

Alexandre (Conselheiro): Marcos, só um momentinho que a colega pediu espaço de voz.

Elisa (SMDHC/DPS): Oi, boa tarde a todos. Meu nome é Elisa. Para quem não tinha me visto ainda, eu sou a coordenadora de participação social. E com relação a todos esses ritos, com relação ao processo eleitoral, a partir do momento que é feita a publicação da nova Constituição, vai ser feita uma reunião com esses novos conselheiros e aí, nessa reunião, vai ser feita a definição da eleição para que sejam feitas as composições. Então é assim que funciona. Com relação ao ofício... Não, só um minuto, Marcos, por favor. O meu lugar de fala agora. Obrigada. Com relação ao ofício que vocês interpretaram, ele vai ser levado para o nosso jurídico e vocês vão receber a resposta. Então, isso é o que cabe da nossa parte de participação



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA

social informando vocês. Um outro ponto importante é que a participação social cuida da eleição, das conferências, de todos os conselhos municipais de São Paulo.

Então, para que vocês fiquem cientes, todos os novos conselhos que estão em processo eleitoral, que ocorreu no final do ano de 2005 e que vão ocorrer agora em 2026, está sendo feito todo o trabalho de treinamento, de cursos. Então, a gente já está mudando bastante como estava acontecendo antes e como está acontecendo agora. Eu acho que é importante, sim, levantar esses pontos, colocar em ata para que sejam passados depois para os novos conselheiros, para que sejam feitas as respostas, mas com relação a esse processo eleitoral essa é a nossa informação, obrigado.

Flávia Bettini Perdigão (Associação Alcoolismo Feminino – AF): Boa tarde novamente. Eu tenho uma palavra para, de certa forma, tentar tranquilizá-los da minha presença aqui. Eu sou Flávia represento a Associação Alcoolismo Feminino. Nós estamos sediados em Minas Gerais. Eu sou mineira. Então, eu sou uma forasteira, mas a gente atua em todo o Brasil de forma 100% virtual e fomos convidadas para essa cadeira como representantes de sociedade civil. Caso essa eleição se implemente, essas decisões convirjam para isso, a nossa entidade é uma associação sem fins lucrativos, não é ligada a nenhum partido político. Nós atendemos exclusivamente mulheres dependentes de álcool de forma 100% virtual. Conseguimos, ao longo de seis anos, atender cerca de 3 mil mulheres. Hoje nós temos 320 associadas, às quais oferecemos atividades diárias virtualmente, cujo principal objetivo é o acolhimento sem julgamento com perspectiva de gênero. Então, a nossa entidade, que é toda formada por mulheres, ela tem um compromisso extremo com a luta antimanicomial, com a manutenção da legislação antimanicomial, com a dignidade da pessoa humana. Combatemos a violação de direitos, combatemos violências desde a doméstica até a violência institucional, violência religiosa, e conhecemos um pouquinho dos sindicatos, de como funciona a RAPS. Eu estou fisicamente em Minas Gerais, mas nós temos bastante contato com o tema, a gente já atuou há seis anos. Inclusive, o Alexandre e eu tivemos a oportunidade de nos conhecer na pandemia virtualmente. Primeiramente, vê-lo pessoalmente foi um prazer. Então, se isso tranquiliza o Conselho, esse é o meu objetivo aqui, caso assuma a cadeira. Fazer da missão da nossa organização uma ponte para ajudar o usuário, que sofre uma conta que é o destino até o final dessas políticas. Obrigada pela oportunidade.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Alexandre (Conselheiro): Só para encaminhar, pra gente falar da eleição.

Marcos (Conselheiro): Sim, eu acho que é sobre isso. Primeira coisa, para quem está chegando e que precisa ficar muito claro, seja dos novos conselheiros ou do governo, quem trabalha aí



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

na Secretaria, é que o COMUDA não é o órgão do governo. Começa por aí. É um órgão de controle social. A Coordenação de Políticas sobre Drogas tem o limite para viabilizar as coisas e o DPS é o departamento que chegou e que ajuda a pensar nos conselhos, como organizar. A eleição só vai acontecer, só pode acontecer depois que tiver toda a composição deste conselho. Essa portaria que saiu, ela é insuficiente para a gente chamar uma eleição, na minha visão enquanto conselheiro. A gente tem uma questão de controle do CONED que está desfeito, que eu acho que o plenário pode decidir em relação ao CONED, mas a gente tem autarquia, a gente tem comissão especial da Câmara que ainda não fizeram a indicação.

Não saiu a portaria, então o colegiado não está formado. A gente teve uma portaria que saiu parcialmente com a nomeação das entidades. Já saíram as entidades, as instituições acadêmicas, quem já havia sido indicado, né. Então, acho que esse é o ponto. A eleição só pode acontecer depois que o plenário tomar essa decisão e depois, tomada a decisão, a gente tem uma reunião preparatória para daí depois poder fazer. Então, o que eu coloco é isso: a gente pode fazer uma eleição, pensar e começar a construir a eleição sem ter o plenário formado? Sem ter o colegiado formado?

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Lydia (Conselheira): (incompreensível) ... cuidado virtual? Amada não é você... (incompreensível)... A gente tá aqui pensando presencialmente para formar o conselho, e ainda chamam uma organização de forma virtual e ainda não é nem de São Paulo, isso precisa ser revisto (incompreensível)...e eu trabalho com perspectiva de gênero também, mas assim, virtual? Não, é precisa impugnar, não é nem discutir, é impugnar isso. Então, por favor, virtual não dá... (incompreensível). Mais alguém aqui, não é de São Paulo? Alguma das organizações novas são? Não é de São Paulo? Adoro São Paulo. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone). Não, a gente tem uma organização muito boa de São Paulo, que é um conselho muito municipal.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Laura (Sociedade Civil): Mas eu sou de São Paulo. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Sérgio (Conselheiro): É importante deixar claro que a Associação Alcoolismo Feminino possui sede em Minas Gerais, mas possui representação na cidade de São Paulo, com endereço no município, inclusive com uma diretora da associação.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Alcione (Sociedade Civil): (fala com áudio distante, sem uso do microfone), a minha era outra que tinha, eu trabalho na Fundação Porta Aberta, era outra que tinha pelo histórico comum desde 2014. E infelizmente nos perdemos o conselho. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Alexandre (Conselheiro): Gente, antes de passar, não, é que a gente tem um horário bastante demorado para cumprir essa questão da eleição. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone). Então, o que o Marcos diz? Nós vamos esperar, então, toda a nomeação? É isso?

Laura (Sociedade Civil): (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone). Eu gostaria de falar. Assim, eu acho que não dá para a gente querer ter solidariedade no momento em que faz parte a gente dar voz às manifestações das pessoas que estão muito insatisfeitas, muito incomodadas, com raiva, com todos os sentimentos possíveis e legítimos diante da maneira como foi dado o segmento aqui no COMUDA. Então, assim, a gente é quem está chegando, e acho importante a gente dizer várias vezes que não é nada contra quem está chegando, mas a gente tem um acúmulo de discussão aqui, de conhecimento do plano, e é muita falta de respeito o que foi feito. Porque a gente tinha feito ali... (incompreensível – falas ao fundo, sem uso do microfone) Exato. E aí a gente está aqui, né? O Felipe tentou contextualizar um pouco para vocês tudo que aconteceu. Foram inúmeros episódios comunicados, então a gente resolveu esperar. A gente pactuou aqui uma coisa e aí é o que a Carol falou. E não é por um acaso. Os conselheiros que foram retirados são os conselheiros que estão sempre em oposição ao que o governo está colocando. Um conselho participativo, como bem o Marcos coloca, não é um órgão do governo. Ele é um órgão que serve para fazer justamente, olhar o que o governo está fazendo.

Tem a participação do governo e também tem a participação da sociedade civil. Então, não tem como o governo querer eliminar o dissenso. A democracia se faz a partir do dissenso. A gente tem que manter cadeira aqui. Precisa caber o que não é concordância com o que o governo tem. Não dá para simplesmente tirar as organizações que estão em desacordo com o que é pautado pelo governo. Isso é completamente descabido, vai na contramão do que é participação social. Para a colega que quis nos ensinar o que é participação social, a gente está aqui trabalhando de graça há anos, exercendo, de fato, a participação social. Então, assim, eu acho que é muito importante que fique registrado nosso descontentamento com a maneira como foi feito, com nenhum respeito, com nenhuma transparência, né Sérgio, a gente confiou em vocês. A gente disse que tentou construir juntos. “A gente vai rever, vai rever”, não falamos, não falamos, não falamos, até que de repente veio um e-mail no dia anterior. A gente já tinha visto, pelo Diário Oficial, só que é isso. Essa reunião é aberta, não só para conselheiros, para as pessoas que quiserem participar, e a gente pode continuar vindo aqui e fazendo o barulho que foi feito. Agora a gente está discutindo aqui como a gente vai capacitar os novos conselheiros, ao passo



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do Município de São Paulo - COMUDA

que tem um monte de conselheiros sendo retirados que estão capacitados há anos, com uma trajetória de anos nos territórios. Há quantos anos que a gente aqui trabalha? Eu estou no território trabalhando com essa pauta. Então, assim, é um disparate. Não tem interesse em pegar pessoas que não estejam no território, que não estejam na pauta do que está acontecendo aqui e que não discordem, que não fiquem enchendo o saco, mandando ofícios, perguntando coisas, discordando. Então, assim, isso não é participação social. E, assim, se isso atrasa a pauta, atrasa o encaminhamento, é o lugar onde a gente faz essa manifestação. Porque a gente está “putos” e a gente não vai engolir.

Filipe (Sociedade Civil): Eu acho que tem que ficar evidente também que a gente tem um caminho que vem para exteriorizar na nossa sociedade civil. A gente demorou muito para a gente judicializar a essa questão. Alguma dúvida assim? Meus colegas sabem disso. A gente conversou, conversou, foi melhorado. Grande parte dos conselheiros que foram então já são a substituição do governo, porque aqueles que tomaram esse ato já não estão mais aqui. As pessoas fazem o que o governo quer e depois são trocadas imediatamente. E aí o que a gente tem que entender é que esse conselho, como controle social, ele legitima que sejam feitas novas ações, que a política seja feita. E toda vez que esse conselho não se posiciona quando há um desrespeito em relação à manutenção e promoção de direitos, o que acontece? Esses direitos são desrespeitados na política, programaticamente. E aí esse conselho estabelece uma aparência de legitimidade para algo que desrespeita direitos fundamentais. Foi isso que aconteceu no seu mandato Alexandre. Foi isso que aconteceu. Por quê? Por que resistiram à presidência? Quando uma nota sai e toca a mídia questionando a política dos sumiços da região da Cracolândia, que é uma falácia, que envolve espalhamento da população vulnerável com potencial de especulação imobiliária, isso aparece? O desmonte da RAPS não aparece e a especulação imobiliária também não aparece. Mas o que também não aparece? Não aparece que a gente ficou três reuniões esperando o governo nomear. Bem da boa vontade. Quem estava nomeado era o pessoal do governo. Minto eu? Esperamos ou não? Negociamos ou não? Negociamos. E a questão do nosso trato foi qual? Ganhar tempo para justificar uma questão, não eliminar. E aí o que seria se eliminasse, se não tivesse a complicação? Porque é isso, né? Certa hora você tem um atraso e ninguém sabe explicar para o governo por que esse atraso. Mas, na hora de a portaria publicar logo, se pública do dia para a noite, sem avisar causa nenhuma, sem colocar o nome dos conselheiros do decreto. Para a gente botar o próprio nome aí e procurar. Se não é isso, para quem é? Aí, se não tivesse essa publicação, o que teria acontecido no dia de hoje? Seria obrigatório fazer uma preparatória com os conselheiros estabelecidos no campo da sociedade civil. Em sua maioria estabelecida e em nome disso?...Publica essa substituição a esmo, por mais que isso tenha sido concluído na última reunião. Que fique claro: o desrespeito é proposital, ou é falta de palavra, ou é falta de poder. É simples. Não é da nossa parte que não há diálogo. E isso aqui, estava sendo feito esse circo todo aqui, e hoje a gente botar uma preparatória quando nós não pensamos com os conselheiros de oposição ao governo por



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

interferência do governo. Alguma dúvida? Alguma dúvida aqui em termos factuais? Não há possibilidade de fazer uma discussão aqui com o que estava pré-determinado, porque o governo atravessou. E a parte governista descumpriu? Ou há algum déficit da sociedade civil para a gente se acusar? Isso não é aparelhamento do conselho? Isso não é interferência do governo em um conselho de controle popular? Que fique claro, isso precisa ser denunciado formalmente. Dá para entender nesse momento lá do (incompreensível), secretário que publica. Mas e aí? Publica desrespeitando a diretriz que estava sendo publicitada, de que a representação da sociedade civil deveria escolher. O manual que o CONAD fez esse ano, antes de ser sabotado, diz que tem que ter paridade entre os poderes. O governo está com a orientação de que o município pode fazer do jeito que quer. Aí agora a gente vai fingir que não teve uma base de interferência e que esse conselho não funciona propositalmente porque o governo intercede e não deixa a gente trabalhar? Se é para a gente ser feito de trouxa aqui, Carol, é para o outro lado assumir. Assumir o que faz. E que a gente não fique mais aqui nessa groselha. Porque ser tratado de trouxa e ainda ficar ouvindo groselha é absurdo. O povo não é trouxa. O povo sabe. E é muito fácil manter cargo. É muito fácil (incompreensível) na política. Mas saibam que isso que vocês fazem, é a política para manutenção de cargos. E tudo isso compõe essa política. E esse conselho não funciona, (incompreensível).

Elisa (SMDHC/DPS): Boa tarde novamente, Elisa, em relação a colega, em nenhum momento eu estou tentando ensinar o que é participação social, o nosso órgão, nossa coordenação, ela cuida do processo eleitoral. O local de fala é muito importante aqui para todas as pessoas, mas eu acho que as pessoas, quando elas começam a falar, precisam tomar cuidado com a forma como se expressam, porque acabam ofendendo outras pessoas. Então, a gente tem que tomar cuidado e respeitar todo mundo. Um outro ponto importante é com relação ao processo eleitoral. O processo eleitoral do COMUDA funciona como indicação. Os conselheiros que já estavam na gestão 2024–2026 fizeram a indicação. Essa indicação foi encaminhada para a gestão, para o governo. E o governo analisa os nomes indicados e tem a prerrogativa de indicação. Isso está em detalhe na lei. Então, é só isso que eu queria falar a todos. Muito obrigada.

Alexandre (Conselheiro): Gente, alguém mais quer falar? Eu ia voltar para fechar a questão das RAPS e a questão da eleição. Gente, sobre a questão então daquele grupo de trabalho sobre as RAPS, tudo vai ficar para depois da eleição. Quanto à eleição, nós vamos aguardar então, para o próximo mês, a publicação do corpo de conselheiros. É isso? Vai ao encontro da proposta do Marcos.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Michel (Sociedade Civil): Eu acho que tem uma coisa que o Marcos trouxe aqui. A gente não tem todas as indicações. Não existe a eleição, mas existe já uma indicação que revogou a portaria anterior. Ou seja, esse conselho não estava apto. Teoricamente, essa reunião hoje não deveria nem ter acontecido, com essas pautas nem convocadas por mim e por você, Alexandre. Teoricamente, a gente já não faz mais parte, já não é mais secretário-executivo, você já não é mais vice-presidente. Então, a gente tem um segundo grande problema que é, de acordo com o regimento — a companheira Elisa sabe disso, deve entender do regimento — quando há publicação, a próxima reunião tem que ser para construir a eleição. Então, essa reunião, teoricamente, não deveria nem acontecer. O que eu acho, e concordo com o que a companheira Elisa estava falando, é que foi muito ruim a forma como aconteceu. A gente desde fevereiro conversando, discutindo na reunião, perguntando o que era, e aí, cinco horas da tarde do dia anterior, menos de vinte e quatro horas antes da reunião, a gente fica sabendo: “você não são mais, agora são outras pessoas”. Isso é muito ruim, muito feio. E eu espero que os conselheiros que estão hoje ativos aqui façam e pensem o que é possível ser feito enquanto conselheiros. Mas eu acho que também a sociedade civil precisa provocar órgãos e entidades externas de controle para justamente dizer assim: “Olha...” E não é em relação à senhora Flávia, da Associação de Alcoolismo. Eu concordo com a Lúcia. Acho muito importante. Precisa ter essa discussão. Mas precisa ser uma pessoa que mora em São Paulo, que conhece o que é São Paulo, que sabe o que é a realidade dos territórios, sabe o que está acontecendo aqui, que sabe que em São Paulo tem mais de 260 cenas de uso, que a folha divulgou antes de ontem, e que o governador do Estado disse assim: “não temos mais Cracolândia”. E a gente sabe que a Cracolândia foi espalhada pela cidade. E essa prefeitura está fazendo, a cada dia, ações diferentes e pactuações com o governo. Inclusive, por exemplo, com a Polícia Militar, sempre perguntando pessoas o que é incomum, o que não é desejado, o que é ilegal. Então, é muito importante que o Governo, a Prefeitura, antes de conversar com a presidência da Câmara para não mexer na verdade...A Paula informou que ela fez a indicação. A Comissão de Direitos Humanos já fez a indicação da Paula. Deveria estar nessa...Não, tudo bem, mas deveria. (incompreensível) A saúde...A gente vê que a gente vai...Para fazer essa discussão, eu acho que não dá. O que não dá é para a gente seguir uma normalidade que não existe. Estamos tentando fingir que está acontecendo uma coisa que não é uma normalidade. O que aconteceu hoje e o que deveria ter acontecido...Isso chegou aqui no vídeo. É uma coisa muito ruim. Eu acho que o Alexandre me mandou uma mensagem muito assertiva. A gente vai pensar numa possibilidade de repasse, de transição.

Todas as rupturas que tiveram anteriormente não tiveram transição. O governo precisa assumir esse lugar de quem resolveu fazer essa ruptura, resolveu causar um dano irreparável. Porque é um dano irreparável. Quando a gente pega e olha para seis, sete, oito pessoas que constroem, que fazem uma discussão, que são dessa cidade, que conhecem os problemas dessa política e falam assim: “Vocês não servem mais.” Da visão de pessoas do dia anterior. Isso é uma ruptura. Sempre que essas pessoas estão dizendo, há meses, o que está acontecendo, o que está sendo



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

feito...E aí o Sérgio faz uma lista e decide quem é, faz uma discussão, entre as secretarias. Quem é. É bem ruim mesmo. E eu espero muito, muito, muito que esse governo seja cobrado na figura de vocês. Na figura do Sérgio, na figura da Elisa, na figura da Mary, na figura de todos vocês aqui. Porque vocês estão representando um governo que está batendo e matando as pessoas, internando à força, fazendo participações que são ilegais.

Alexandre (Conselheiro): Bom, gente, novamente, nós precisamos encaminhar então para a próxima reunião. A gente prepara e, uma outra vez, seja julho, faz a eleição?

(pessoa não identificada, voz ao fundo e sem uso do microfone): Não.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Luiza (Conselheira): Eu só vou fazer um informe nesse momento porque eu esqueci de fazer agora. Então, me desculpem. A gente recebeu hoje o processo SEI da Câmara com as outras duas indicações das comissões de Direitos Humanos e de Saúde, se eu não me engano, a de Crianças e Adolescentes já está aqui presente. Então, a gente vai fazer uma nova portaria para atualizar essas duas indicações que, nessa última que saiu, estavam como vagas. E aí fica faltando a indicação do CONED e a indicação do Conselho Regional de Serviço Social. Foram os dois conselhos que trouxeram para a gente que não poderiam fazer a indicação nesse momento. E aí a gente segue cobrando ou observando, porque eles trouxeram que estavam num momento de reorganização e que, assim que possível, e assim que viessem organizados, fariam as novas indicações.

Carolina (Conselheira): (fala distante do microfone) É, porque eu acho que, assim, a participação social precisa entender também o papel deles.

Os conselhos estavam aqui, eles estão numa transição de gestão, mas eu não vejo nenhum motivo para eles não... (incompreensível) Eu acho que isso dá uma pressão. Olha, a gente trouxe o conselho para chamar essa indicação de vocês. (incompreensível) Porque, senão, fica tudo como? (incompreensível), mas para eles não serem...(incompreensível)

Eles têm um papel de responsabilidade, um papel de qualificação da política., e eles têm que cumprir a lei. Então, é obrigação deles indicar quem eles definiram internamente.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Laura (Sociedade Civil) Sim.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Na verdade, o CONED, depois do CONED, começou a consulta junto com o setor social. E a gente teve um empacotamento...(incompreensível) tirou o que eu sentia do lado dos representantes do CONED e teve a resposta do CONED do lado do governo. Foi o que se fez. (incompreensível) E aí vocês estavam ouvindo essas duas respostas. E vocês privilegiaram, como disse, a resposta deles. Sim. E você tinha o cuidado de ligar um para o outro sobre isso. A minha, a Mariana, que merecia um retorno sobre isso. E aí a gente recebe desse jeito, sem a resposta do CONED, sem a resposta de vocês, por um e-mail e diário oficial. (fala longe do microfone, falas sobrepostas – incompreensível) Eu sei a resposta do CONED. Mas a gente queria uma resposta de vocês. Não, mas eu... Eu não tenho como decidir se eu sou competente ou não. A informação que eu tenho é de trabalho. Aí eu tenho que decidir se eu sou competente ou não? Eu preciso que vocês entrem em consenso. E aí o CONED respondeu. E é isso. A gente tinha entrado em consenso, mas não tem a notificação desse momento. Não é competência. É a opinião deles antes da nossa.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Filipi (Sociedade Civil) Não é a opinião do pessoal. Não é a opinião do CONED que eu pegue qualquer decisão da última deliberação do representante. E o que está acontecendo, provavelmente, é que alguém da secretaria está respondendo de vontade própria. Não há. Mostra a ATA. Pede a ATA para o representante que falou para você que mudou. Não há ATA. Só para cumprir a legalidade. Porque o que tem nessa última ATA, que delibera a representação, é a válida. Qualquer outra coisa que tenha é uma mentira, se não estiver publicada em ATA. Então, não há ATA. Não teve reunião depois daquele dia. Essa manifestação autoritária, onde quem está respondendo está ocorrendo nesse desrespeito, seria fundamental saber quem está respondendo. E aí eu acho que a gente tem que tomar uma providência acerca disso. Como que alguém pode mudar uma posição do colegiado, colocar em uma outra posição e isso ser acatado? Então, ou a gente enxerga isso, ou a gente vai correr uma barbárie aqui.

Alexandre (Conselheiro): Mas vamos retomar essa questão da eleição do COMUDA, até a questão do CONED.

Sergio (Conselheiro): Só mais uma observação A representante da Associação Alcoolismos Feminino, a Flávia, está representando a conselheira, porque a Grazi está em viagem. E a Associação Alcoolismo Feminino tem representação em São Paulo, ok? Tem endereço, tem uma diretora, está tudo certo. (fala ao fundo incompreensível) ela, na verdade, (incompreensível) trata dos cuidados, ela pode explicar melhor. Digo, a representante da associação.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Flávia Bettini Perdigão (Associação Alcoolismo Feminino – AF): O que eu quero dizer é que a rotina virtual...A sede está em Minas, mas nós temos atendidos em todo o Brasil, inclusive em São Paulo.

Lydia (Conselheira): Virtualmente?

Flávia Bettini Perdigão (Associação Alcoolismo Feminino – AF): Sim, Virtualmente.

Alexandre (Conselheiro): Virtualmente é o trabalho.

Flávia Bettini Perdigão (Associação Alcoolismo Feminino – AF): O nosso trabalho é virtual, mas as pessoas existem, são pessoas físicas que moram em São Paulo.

Lydia (Conselheira): Eu entendi, não precisa...(incompreensível).

Flávia Bettini Perdigão (Associação Alcoolismo Feminino – AF): Aí é diferente. O nosso cenário está distante de uma cena aberta de uso. A gente está com mulheres. A gente cuida de mulheres que têm suas casas, que têm acesso ao celular. O nosso público tem outro tipo de perfil.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Lydia (Conselheira): Não existe em nada, porque não existe, de fato. E tem que colocar em ATA, porque a gente questiona essa situação. Não. Precisa ser colocar em ATA o que foi falado. O primeiro ponto é: não tem sede em São Paulo. A sede é em Minas. Segundo ponto: não tem atendimento em São Paulo. O atendimento é virtual. Sim, as pessoas existem. Eu conheço essas pessoas, inclusive. Mas, assim, é cuidado. É cuidado.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Lydia (Conselheira): Não, só um momento. Estou terminando de falar. Por favor. Eu compreendo um monte de coisas que vão vir depois da minha fala, mas eu quero que registre em ATA que é necessária, sim, a impugnação, pelo menos, dessa organização. Porque é uma



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

organização que não tem nem sequer... A gente nem sabe se vai continuar ou permanecer aqui, presencialmente, em São Paulo. Porque, teoricamente, a gente não tem que ter dinheiro para vir. Se a pessoa vai estar aqui, ela vai ter que mostrar. E, se ela está ganhando para estar aqui, ela não veio. É um problema. Então, eu acredito que seja extremamente importante. Não estou nem colocando aqui a chefia da organização. Estou colocando aqui que o Conselho Municipal da cidade de São Paulo precisa, minimamente, questionar a organização que está no Conselho agora por uma, minimamente, questionada indicação. E essa indicação não está em São Paulo. Ou seja, daqui a pouco não vai ter ninguém presencialmente aqui, porque vai estar todo mundo virtual e está de boa? Não, não está de boa. Atendimento você faz com cuidado presencial. Acolhimento é assim. Mas eu posso até falar da quantidade de pessoas atendidas. Eu nem questiono mulheres de atendimento. Eu questiono a qualidade. E isso, para mim, é caótico no momento em que a gente está com o corote de três por dez reais aqui no centro de São Paulo. Sabia disso? Sabia? Não. Então, três corotes por dez reais. Você não sabe disso. É preciso que alguém saiba disso. E você não vai cuidar da sua organização. E aí eu digo: não. Mas, veja, longe de eu querer violentar alguém aqui. Longe de mim, porque não é o meu caso. Eu acho que, pelo contrário, você aqui é mais uma vítima desse sistema que foi colocado aqui propositalmente para nos desestabilizar. Mas não vai conseguir. Não tem desestabilização. Porque o Conselho é municipal. Quer fazer parte do Conselho Municipal? Pode fazer no de Minas. Lá tudo bem. Aqui tem que ser alguém que minimamente saiba que tem três corotes por dez reais. Tem que ser colocado em ATA e a gente precisa impugnar.

Marcos (Conselheiro): A sociedade já fez isso, né? No momento de questionar a indicação da Prefeitura de alguma entidade. Os conselheiros colocaram em xeque, que foi o caso da SPDM. No caso, eu tinha conflito de interesse. O que tem aqui é o questionamento de parte do Conselho sobre uma indicação de uma entidade cuja sede é fora de São Paulo e cuja atuação, em âmbito nacional, é virtual. Então, a gente precisa questionar essa indicação via Ministério Público, assim como a gente fez quando foi o caso da SPDM. Então, é o seguinte: a gente pede, enquanto Conselho, a legitimidade dessa indicação da Prefeitura dessa organização.

Alexandre (Conselheiro): Gente, quanto à questão da eleição...Carol, quer falar? Como é que nós fazemos então, gente? Nós vamos fazer a reunião preparatória? Uma próxima reunião depois da eleição? Ou a gente faz uma reunião preparatória agora? Pode ser.

(Falas diversas e sobrepostas, sem microfone): Ele está com posição. Eu acho que a primeira indicação...E aí, quando o Conselho for formado, a gente vai para o Conselho. Nesse momento, a gente passa o Conselho praticamente novamente, porque a gente precisa ter um novo colegiado concreto. Então, é isso. A gente precisa da publicação das condições da portaria, das indicações e do CRESS e do CONED. O CONED é o antigo. O antigo está aqui na discussão. E precisa acontecer esse questionamento junto ao Ministério Público da legitimidade de ter



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

uma organização cuja sede reúne-se em Minas Gerais. Depois disso, o ponto que aí sim é um colegiado completo, que é o bom regimento, e aí a gente pode fazer uma boa organização. Precisamos focar nesse ponto.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Lydia (Conselheira): Não é só a sede que está fora de São Paulo. É preciso trazer a dimensão de que a sede está fora de São Paulo e o atendimento é virtual. Não é só a sede. É o atendimento ser virtual. Precisa colocar isso em ATA. E eu vou fazer questão de explicar que o atendimento ser virtual foi falado no Conselho do COMUDA, hoje, dia 5. Que a razão seja colocada. E foi colocada aqui por uma representação de uma organização que, além da sede ser em Minas, do Zema (incompreensível) ainda tem a questão do atendimento.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Alexandre (Conselheiro): Essa questão do virtual não é porque existem vários caminhos. Existem vários caminhos de tratamento. Saravá funciona, benzedeira funciona, psicóloga funciona, arte funciona.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Alexandre (Conselheiro): Atenção, vamos voltar aqui. Alcione, você sabe o que está querendo dizer? É assim: a pessoa que está na zona rural, a pessoa que não tem acesso à cidade, que poderia se beneficiar de um atendimento digital online, não vai? Porque não funciona? A pessoa que está em uma zona rural, a pessoa que não tem acesso à cidade, não se beneficia?

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Alexandre (Conselheiro): Bom... (incompreensível) Não, não. Está bom. Está registrado, Sérgio? Está gravado. (incompreensível) É isso. É isso. É isso.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Carol (Conselheira): Acho que o questionamento é a sede ser fora de São Paulo e também existe uma particularidade do método de trabalho ser online. Acho que isso tem que constar.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Não vamos entrar aqui numa realidade de que isso é bom ou ruim, se funciona ou não funciona, se é legal ou não é legal. É como a instituição funciona. É uma instituição fora de São Paulo, a sede, e tem como método de trabalho o atendimento online.

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Amauri (Conselheiro): Qual é o microfone? É uma forma também de desabafo, sendo bem sincero com vocês. A gente já faz um trabalho aqui desde 2009 no município de São Paulo, fora do Estado inclusive, e também realiza um trabalho internacional. Eu trabalho no município desde 2009 em prevenção às drogas dentro das escolas, palestrando para mais de 500 mil alunos das escolas públicas, onde a gente abrange todas as faixas etárias. Fiquei sete anos e meio fazendo trabalho social dentro da Cracolândia. Inclusive, a gente já tem um trabalho bem fundamentado lá, junto com as CTs, comunidades terapêuticas. Em 2016, eu fui condecorado Embaixador do Esporte e da Prevenção às Drogas pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. O nosso amigo Jean Madeira. E a gente, todo ano, faz duas ações sociais. Inclusive, temos apoio de uma fundação, Mundo Sem Drogas, que vem de Los Angeles, de onde é enviado o material para a gente fazer o trabalho de prevenção. Fico com uma amiga que entra na parte civil, em associações, para ajudar o município. Mas também tem sido muito útil. Diferente de a gente ser ou não ser do “COMAD”, o trabalho vai fluir, vai continuar. Temos 180 entidades, onde a gente é único dentro da Cracolândia Municipal, onde realizamos o Dia Mundial de Combate às Drogas, instituído pela ONU. Onde eu tive a oportunidade de receber o relator da ONU em 2017. Ele me comentou muito referente às Casas Assistidas, que a gente poderia implantar dentro do Estado o sistema de Casas Assistidas. São muitos segmentos e muito trabalho dentro desse projeto chamado Juventude Contra o Crack. É lógico que a gente instituiu o CNPJ institucional da Casa da Madeira, mas dentro dele tem toda a parte e a gente tem o Juventude Contra o Crack, que é o nosso carro-chefe. É mais isso mesmo, da gente falar dos trabalhos, executar. Estou aqui para somar. O nosso maior intuito é que a prevenção funcione de fato, de verdade. Estamos trazendo pessoas de outros estados para fazer o trabalho de prevenção, porque praticamente aqui em São Paulo, infelizmente, só o pessoal da GCM, que a gente bate palma, o PROERD, realmente faz o trabalho. A exceção é muito rara de trabalho. É muito bizarro. A gente ainda vai chegar a 100 mil adultos. Eu sei que muitas vezes nem ouviram falar da instituição, não conhecem, não sabem, mas é uma instituição que tem trabalhado há muitos anos. Dia 23 agora, nós vamos fazer dentro da Câmara Municipal o terceiro Fórum da Comunidade Terapêutica e Educação Social, dentro da Câmara Municipal. Onde a gente também já fez alguns trabalhos com o Delegado Olim, que faz o trabalho de prevenção e está abraçando os segmentos para a gente fazer o trabalho. Então, a gente tem inúmeros trabalhos diferentes. O trabalho vai continuar. Eu estou no OCT fazendo, sou terapeuta e psicológico, FEBRACT, FEBRAS e etc. A gente está aí para somar. Obrigado.



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Carol (Conselheira): Muito obrigada. Que bom que você estava aqui para poder falar. Eu acho que também deixo aqui, para deixar registrado em ATA também, mais um plano de trabalho para a gente. É isso, legal para vocês conhecerem as instituições e também vocês conhecerem um pouco do trabalho que a gente e outras instituições fazem. Acho que depois a gente pode se aprofundar na questão técnica, mas existem diversos tipos de abordagem para a questão de substâncias psicoativas. Então, você traz uma, outras pessoas vão trazer outras. Então, é importante que a gente faça também e coloque isso. Eu acho que vai ser um momento importante para a gente se alinhar. A gente poder pensar que também existem outras abordagens. Enfim, todas as suas experiências, todas as experiências outras que a gente tem. Então, obrigada por ter falado. Tem sempre outras opções também.

Alexandre (Conselheiro): Penso que no mês que vem precisamos trabalhar essa questão dos novos conselheiros, fazer essa integração, dizer o trabalho que está fazendo, essa transição, vamos sentar, trazer pra cá, conversar (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

(incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone).

Marcos (Conselheiro):

A gente fazer a operação para a segunda semana de junho com certeza é possível, mas eu estou esperando uma cirurgia que está agendada para essa semana. Então, não sei se eu vou conseguir estar na primeira terça do mês aqui.

Alexandre (Conselheiro): Gente, vocês acham que dá para fazer na segunda terça do mês, em junho, quando está nesse processo de transição? Aí o Marcos faria esse trabalho de integração, fazer um desenho do que é a RAPS, do que a gente tem que discutir, até pela presidência dele. O que vocês acham? (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone). Não, não, não vai. Vai esperar a composição do colegiado. Mas aí são duas pessoas e a gente vai ficar com um hiato muito grande. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone). A gente poderia aproveitar a oportunidade.

Lydia (Conselheira): O que está sendo conversado é o seguinte, Ele está com essa questão aí na primeira terça do mês e ele é uma pessoa que eu também tenho falado para ser esse panorama de toda essa rede de saúde, de assistência social e privada que a gente tem. Só que ele tem essa



Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

cirurgia, então tem esse hiato, faltam só duas pessoas, mas tem todo um processo aqui. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone). Então, ficaria para a próxima reunião, que seria realizada na segunda terça-feira do mês. (incompreensível - pessoas falando ao mesmo tempo, sobrepondo falas, sem uso do microfone). Temos quatro vagas que falta indicação, é isso? Mas toda essa discussão que foi realizada aqui, aí para não perdermos mais um tempo, que a gente sabe que vai ter mais discussão lá na frente, nós agendaríamos uma reunião de alinhamento do SUS, SUAS, enfim, pra segunda ou terça-feira do mês que vem, 09/06/2026 (incompreensível)

5. Encaminhamentos e Deliberações

- GT RAPS: Proposta de criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento da política municipal de drogas e monitoramento da implantação de serviços, como o centro de convivência na região central.
- Formação de Conselheiros: realização de uma reunião (extraordinária) de formação para os novos conselheiros sobre o funcionamento da RAPS e as deliberações históricas do COMUDA.
- Próxima Reunião: Agendada para a segunda terça-feira de junho (9 de junho), visando acomodar a recuperação cirúrgica de um dos conselheiros e garantir a presença de todos para a estruturação do processo eleitoral.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h00.

Alexandre de Souza Araujo e Castro – Presidente Interino